

# DESAFIOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS PARA OS MÉTODOS MISTOS NA CIÊNCIA POLÍTICA\*

**Glauco Peres da Silva**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil. E-mail: glauco@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/3088115-128/2015>

## Apresentação

A análise de métodos mistos surge no debate metodológico das ciências sociais como uma maneira de superar as divergências entre os chamados métodos qualitativos e quantitativos. Os pioneiros nesta empreitada, iniciada há cerca de vinte anos, combinaram vários métodos em razão de demandas práticas dos contextos em que trabalhavam, direcionando-os tanto para a generalização dos resultados, como para a análise particular dos casos em questão (Greene, 2008). Atualmente, os métodos

mistos têm a pretensão de conjugar as vantagens dessas perspectivas de forma a permitir avanços no conhecimento das ciências sociais, em geral, e da ciência política, em particular. Houve em período recente um ressurgimento considerável de trabalhos que advogam a importância dos métodos qualitativos em detrimento das práticas quantitativas, bastante em voga na ciência política, o que em parte explica esta disposição de alguns autores em ter nos métodos mistos uma alternativa superior. Porém, os trabalhos que tratam desse tema enfrentam desafios que podem implicar na inviabilidade dessa empreitada. Estes desafios variam desde questões de ordem epistemológica e ontológica na conjugação de métodos distintos até a relação destas com a prática metodológica em si. A discussão sobre epistemologia e ontologia é crucial para a metodologia adotada, porque a adequação de um conjunto particular de métodos para um dado problema se reverte nas próprias hipóteses sobre a natureza das

\* Este texto é uma versão modificada da prova escrita do processo de seleção para docentes para o cargo de professor em metodologia de pesquisa na ciência política realizado em 2011 no departamento de ciência política da Universidade de São Paulo.

relações causais que se pretende descobrir (Hall, 2003, p. 374). Ou seja, entende-se que há um vínculo importante entre epistemologia e ontologia, de um lado, e metodologia e método, de outro, e esta relação está na base dos desacordos da aplicação dos métodos mistos.

Os desafios epistemológicos e ontológicos enfrentados pelos métodos mistos serão explorados em duas vertentes. Na primeira, filosófica, os desafios decorrem do fato de o método misto se apoiar no pragmatismo, corrente filosófica que se distingue pela defesa do método adotado na pesquisa primordialmente por seus resultados. Sua relação com outras correntes filosóficas dominantes na ciência política torna-se ponto de discórdia. A segunda se dá em razão da pluralidade metodológica do chamado método qualitativo. Ainda que o debate comparativo diante dos métodos quantitativos trate-o como uma unidade, esse procedimento esconde diferenças metodológicas importantes em decorrência de variações associadas às próprias práticas qualitativas: diferentes conjuntos de métodos conduzem a distintos desafios. Assim, este texto pretende discutir cada um desses desafios que devem ser superados pelos métodos mistos que, se não esgotam as dificuldades enfrentadas, são aspectos fundamentais a serem resolvidos. Para isso, inicialmente será apresentado o panorama histórico do debate entre as perspectivas qualitativas e quantitativas para que se tenha melhor compreensão da relevância dos objetivos pretendidos com a defesa dos métodos mistos. Em seguida, será apresentada a aplicação dos métodos mistos na ciência política para depois se discutir seus desafios epistemológicos e ontológicos. Uma seção de considerações finais encerra o trabalho.

### **Debate entre métodos qualitativos e quantitativos**

A tradição de pesquisa na ciência política apresenta alterações importantes em período recente. Bevir destaca um duplo movimento nas pesquisas nesta área. Do ponto de vista epistemológico, os trabalhos, ao buscarem se afastar do positivismo de Popper, se aproximariam do holismo, que afirma

que “o significado de uma proposição depende do paradigma adotado, da rede de crenças, ou jogos de linguagem na qual está localizada” (2008, p. 57). Tal posição refuta conceitos como confirmação ou refutação de uma teoria e ainda relativiza as informações empíricas ao questionar os dados colhidos por meio de qualquer método em relação à sua validade absoluta ante a rede de crenças ou os programas de pesquisa estabelecidos. Já do ponto de vista ontológico, haveria uma aproximação ao construtivismo, segundo este autor. Esse movimento seria problemático para a prática da ciência política, pois “desafia a tendência difundida de reificar coisas sociais [como as instituições] e a atribuir a suas causas uma essência que então determina tanto suas outras propriedades como suas consequências” (*Idem*, p. 63). Essas alterações refletem uma aproximação à tradição qualitativa de pesquisa, e por isso é relevante fazer um breve histórico deste cenário de mudança, pois elas contextualizam a aplicação e a justificativa dos métodos mistos.

Em trabalho que utiliza métodos plurais, outra forma de se referir aos métodos mistos, Potetee, Janssen e Ostrom (2010) reconstróem o debate entre pesquisa qualitativa e quantitativa para justificar sua opção. Segundo eles, nas décadas de 1920 e 1930, a metodologia comumente empregada estava mais próxima à análise que hoje chamamos qualitativa, ainda que haja distinções relevantes. Esse quadro teria permanecido assim até que, em meados do século XX, com o avanço do *behaviorismo*, a análise quantitativa resurgiria como alternativa para a compreensão dos fenômenos sociais, baseada basicamente na utilização de métodos estatísticos e *surveys*. O *behaviorismo* é uma tradição surgida na psicologia, exemplificada em autores como Watson e Skinner, com praticantes até os dias atuais. Esta abordagem parte do princípio que a psicologia deve se ater à análise do comportamento observável dos indivíduos e não com o mundo não observável de suas mentes. Atém-se, assim, à observação do comportamento humano. Em sua aplicação às ciências sociais, tal abordagem vai de encontro aos trabalhos da chamada Escola de Chicago, exemplificada aqui nos trabalhos de R. Park, que buscavam, com a utilização de técnicas qualitativas, identificar como características individuais são moldadas por processos

e estruturas sociais mais gerais. Apesar desse emba-te, a análise behaviorista ganha corpo ao longo da segunda metade do século XX (Box-Steffensmeier *et al.*, 2008). Em meados da década de 1980, a partir da influência do paradigma econômico, os chamados modelos formais, entendidos como a aplicação da análise e da modelagem matemática ao comportamento humano, atingiriam também a ciência política com bastante impacto (Potetee, Janssen e Ostrom, 2010). Estes modelos apoiam-se de maneira geral na abordagem teórica denominada neo-institucionalismo, cuja concepção assume que o comportamento humano se adequará a regras formais e informais vigentes (as instituições) que são passíveis de análise e comparação. A partir de então, a prática metodológica em ciência política aprofundou-se no formalismo matemático e estatístico. Entretanto, os autores destacam que esse movimento não se deu tranquilamente. Ocorreram três desacordos fundamentais: sobre os objetivos da pesquisa social; sobre as considerações práticas relacionadas com a pesquisa; e sobre aspectos filosóficos envolvendo a utilização de um ou de outro método. Os desacordos fomentaram o debate que ainda permanece e que está na base das discussões sobre métodos mistos.

Como destaque, em 1994, um texto de elevada repercussão, chamado *Designing social inquiry*, de King, Keohane e Verba, é importante referência na discussão entre estas duas perspectivas. Seu propósito seria consolidar as divergências entre os métodos qualitativos e quantitativos. Esses autores partem da argumentação de que não há diferença metodológica relevante entre as duas formas de construir a pesquisa, desde que cumpram com o rigor metodológico necessário para a produção de conhecimento. De maneira bastante resumida, os autores defendem o emprego da mesma lógica utilizada pelos praticantes da pesquisa quantitativa às pesquisas qualitativas. Esta lógica subjacente é comum a ambas, mas apenas tende a ser explicitada nas discussões sobre métodos quantitativos, mas não nos qualitativos. O argumento deles é de que a alegada distinção é somente de “estilo” e remete a questões “metodológica e substantivamente desimportantes” (1994, p. 4). Ao fim, a distinção principal se daria apenas no fato de que

as pesquisas que aplicam métodos quantitativos lidam com amostras com elevado número de observações, enquanto os métodos qualitativos são aplicados em amostras com N pequeno. Os demais aspectos seriam semelhantes.

Esta obra gerou bastante controvérsia e marca o reaquecimento do debate por parte dos defensores da pesquisa qualitativa. Em *Rethinking social inquiry*, Collier, Brady e Seawright argumentam que não é possível cumprir as recomendações constantes no DSI e que há vários pontos questionáveis sobre esta adaptação. Afirmam também que a pesquisa qualitativa possui vantagens sobre a quantitativa e que também seria possível conciliar ambas a partir da identificação das forças e fraquezas de cada uma. Por exemplo, dizem que a pesquisa quantitativa possui limitações quando utiliza modelos econométricos. Segundo eles, se a especificação do modelo está equivocada, a análise também estará e basear-se em dados estatísticos não impede o equívoco. Os autores ainda ressaltam que há uma ampla literatura que problematiza a inferência causal decorrente de dados observacionais. A análise qualitativa teria condições, assim, de evitar tais dificuldades e então contribuir para a seleção de teorias (2010, p. 8). É neste cenário que os métodos mistos buscam se estabelecer como alternativa e, por esta razão, é importante detalhar alguns pontos de controvérsia entre as perspectivas quantitativas e qualitativas.

A discussão entre os métodos qualitativos e quantitativos deu-se em várias frentes e com a participação de diferentes autores. Sinteticamente, pode-se dizer que parte da literatura trabalha com o intuito de qualificar a discussão sobre a possível coexistência de ambos. Nesse sentido, os autores usualmente discutem as diferenças entre os grupos. Como parte do primeiro grupo, Mahoney e Goertz (2006) afirmam que as duas perspectivas podem ser entendidas como duas culturas diferentes, cada qual com uma práxis para a elaboração de um desenho de pesquisa. Eles apontam dez itens essenciais na construção de uma pesquisa e discutem as divergências entre cada uma das alternativas. Os critérios segundo os quais os métodos qualitativos e quantitativos se distinguem são: abordagens explicativas, conceito de causalidade, possibilidade de

explicações multivariadas, possibilidade de caminhos distintos que redundam no mesmo resultado observável, escopo da pesquisa e generalização dos resultados, prática de seleção de casos, ponderação das observações, importância de casos particulares, falta de adequação (*fit*) e construção de conceitos e medidas. Como exemplo, no que tange ao escopo e à generalização da pesquisa: na análise qualitativa, é possível tratar poucos casos, inclusive com a vantagem de evitar heterogeneidade. Já na análise quantitativa, a busca é por uma ampla gama de observações, tentando maximizar o resultado da aplicação do instrumental estatístico. Em cada uma das observações anteriores, Mahoney e Goertz indicam as características distintas das abordagens com alto e baixo número de observações, o que acaba por manter este distanciamento. Vale ressaltar que um subgrupo dessa parte da literatura, ao contrário, visa unificar as duas abordagens. Apesar de reconhecerem as diferenças, trabalham com o intuito de identificar pontos de contato entre as duas tradições. Brady (2013), por exemplo, trabalhando com formas funcionais e modelagem, intenta demonstrar que a busca de explicações causais em ambos os grupos é a mesma.

Em uma posição mais pluralista, Della Porta e Keating (2008) aceitam a coexistência de diversos paradigmas de pesquisa, mesmo que não incompatíveis entre si. A combinação de métodos, neste caso, não é superior ou necessária. Haveria distintos caminhos para se obter conhecimento, sem a pretensão da defesa de um modelo superior. Por outro lado, Gerring sustenta que a distinção entre essas perspectivas é apenas uma questão de comparabilidade. Esta pode se dar tanto no nível descritivo, quanto causal, mas basicamente envolvem um *tradeoff* entre o que o autor chama de descrição *thick* e *thin*. Estas, por sua vez, podem ser empreendidas pela escolha que o pesquisador fará entre conhecer muito de um ou de poucos casos ou buscar informação de um número muito grande de casos, em detrimento da profundidade e da qualidade desta informação. Ou seja, mais próximos à visão de KKV, estas pesquisas argumentam que as diferenças propagadas são pequenas e dependem mais do diagnóstico e da perspectiva que se atribuem a elas do que a evidências concretas (Gerring, 2012).

Há outro conjunto de autores que é mais cético sobre as possibilidades de combinação das abordagens em pauta. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Chatterjee (2011), para quem a escolha metodológica possui, ao menos implicitamente, uma opção ontológica. Esta relação mostra-se, muitas vezes, incompatível, resumida a uma interpretação ontológica “reducionista” e “regularista” de causalidade. Segundo o autor, isso dificulta a combinação de métodos de filiações distintas.

Nesse contexto, Potetee, Janssen e Ostrom (2010) lembram que o debate teórico sobre o método empregado não se dá completamente vinculado à práxis da pesquisa científica. Esta permanece a despeito das discussões teóricas e acaba por realimentar esses debates. Segundo os autores, geralmente o debate não recai sobre as vantagens do método em si, mas sobre as hipóteses teóricas escolhidas e, conseqüentemente, sobre questões ontológicas de cada método, o que tem gerado um acúmulo de novas perspectivas metodológicas que não conseguem anular as perspectivas anteriores. Os autores chegam até a afirmar que a discussão é permeada pela (in)disponibilidade de dados e pelos objetivos de carreira dos indivíduos. A proposição dos métodos mistos sofre diretamente com tais fatores, também porque a formação dos pesquisadores proporciona, em geral, o domínio de apenas uma ou duas práticas metodológicas particulares.

Assim, pode-se organizar a discussão em duas dimensões associadas. A primeira vincula-se a aspectos práticos da atividade de pesquisa, na qual os pesquisadores são treinados no sentido kuhniiano. A segunda está ligada a aspectos filosóficos, relacionados com a adoção do pragmatismo como sustentador da prática plural. Em comum entre ambas encontram-se os aspectos epistemológicos e ontológicos subjacentes, os quais serão privilegiados neste artigo. Tais dimensões serão exploradas mais adiante; antes, porém, é necessária a apresentação dos métodos mistos na ciência política.

### **Métodos mistos e a ciência política**

A definição de métodos mistos ainda carece de consenso. Genericamente, trata-se da combinação

de análises qualitativas e quantitativas em um mesmo estudo. Em razão de sua história ainda recente, seja como prática, seja como reflexão do fazer científico, a superação desta dificuldade ainda parece longe de concluída. Como Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007, pp. 118-120) mostram, diferentes autores definem a pesquisa com métodos mistos de forma bastante discrepante. Buscando superar esta dificuldade, eles propõem a seguinte demarcação: “A pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa na qual o pesquisador ou time de pesquisadores combina elementos das perspectivas quantitativas e qualitativas (por exemplo, o uso de pontos de vista quantitativos ou qualitativos, conjunto de dados, análises, técnicas de inferência) para um propósito amplo e profundo de compreensão e corroboração” (2007, p. 123). Os autores ainda afirmam que: “um estudo de métodos mistos envolveria a combinação dentro de um mesmo estudo; um programa de métodos mistos envolveria a combinação dentro de um programa de pesquisa e a combinação pode ocorrer através de um conjunto intimamente relacionado de estudos” (*Idem, ibidem*). Ainda assim, é esperado que decorra um lapso significativo de tempo até que o consenso seja atingido.

Se há divergência na definição, as práticas classificadas como métodos mistos são ainda mais diversas (Small, 2011; Newman *et al.*, 2003). Em um esforço de sintetizar essas práticas, Creswell (2009, cap. 10) apresenta um conjunto de seis estratégias que podem ser seguidas ao se adotar os métodos mistos, cujos critérios são estabelecidos em quatro categorias: *implementação*, quando se decide qual dos métodos deverá iniciar a pesquisa; *prioridade*, quando se atribui prioridade a um dos métodos; *integração*, momento em que se conjuga os dados; e, *perspectiva teórica*, quando se averigua se esse ponto de vista está implícito ou explícito. Essa sistematização facilita a compreensão das possibilidades de utilização dos métodos mistos e, por isso, tornou-se uma referência na elaboração de diferentes desenhos de pesquisa dentro dessa abordagem. A primeira estratégia – Estratégia de Explicação Sequencial – caracteriza-se pela prioridade da análise de dados quantitativos, seguida por uma análise de dados qualitativos. Ambos os procedimentos se integram durante a fase de interpretação do estudo,

o que se justifica pelo auxílio que a análise qualitativa traria na interpretação dos resultados da primeira fase. A segunda é chamada de Estratégia de Exploração Sequencial. Há aqui uma inversão das fases, iniciando-se a pesquisa, portanto, pela análise quantitativa. Assim, alterna-se a avaliação anterior: os resultados quantitativos servirão para assistir na interpretação dos resultados qualitativos obtidos. Já a terceira estratégia recebe o nome de Estratégia Transformadora Sequencial, em que duas etapas se sucedem como nas anteriores; porém, neste caso, o pesquisador é livre para priorizar qualquer uma das duas análises. Diferentemente das demais estratégias, esta possui um modelo teórico que guia o estudo, tornando-se mais importante do que o uso dos modelos isoladamente. Estratégia de Triangulação Simultânea é a denominação da quarta estratégia, considerada uma das mais tradicionais. O autor explica que ela deve ser uma opção quando se utilizam métodos distintos para confirmar, validar ou corroborar resultados em um único estudo. Seu uso se justifica pela busca de superar as fraquezas de um método utilizando as forças do outro. Isso pode fortalecer a interpretação quando há convergência nos resultados em ambos os métodos ou explicar a divergência, caso ocorra. Na quinta estratégia, nomeada Estratégia de Seleção Conjunta, pode-se identificar apenas uma fase de coleta de dados, na qual informações quantitativas e qualitativas são colhidas conjuntamente. Em contraponto à estratégia anterior, nesta há um método predominante guiando o projeto. O outro método está imerso no principal, permitindo que se busquem informações em níveis distintos de análise. Pode ser entendido como um desenho de pesquisa multinível. Por fim, a Estratégia Transformadora Simultânea, utilizada quando o pesquisador adota uma perspectiva teórica específica. Sua escolha se reflete no propósito da pesquisa ou nas questões que se pretende resolver; seu desenho pode incorporar elementos das duas estratégias anteriores, facilitando as etapas de implementação, descrição e divulgação do resultado.

Entre os diversos trabalhos que aplicam os métodos mistos na ciência política, algumas pesquisas merecem referência como forma de retratar a amplitude e a variedade de suas aplicações. Jung (2008) apresenta uma pesquisa em que a práti-

ca de métodos mistos é voltada para o estudo do processo de democratização após períodos de guerra civil. Busca com este procedimento identificar e mensurar o mecanismo que conduz a ocorrência destas guerras. Este trabalho pode ser classificado na primeira estratégia apontada por Creswell. Jung primeiro procede a uma análise com N-grande para descobrir as condições de surgimento de um governo democrático após uma guerra civil e estimar efeitos causais de arranjos de divisão de poder no período democrático após a guerra. Em seguida, o autor seleciona dois casos extremos, um positivo e outro negativo, para uma análise mais detalhada. Neste caso, a análise qualitativa serve de suporte à análise quantitativa precedente. Em outra pesquisa, Steele (2008) apresenta um conjunto de trabalhos que aplicam os métodos mistos para a análise das migrações resultantes de guerras civis. Ao estudar a Colômbia, a autora argumenta que a adoção dessa perspectiva permite não só uma melhor caracterização dos deslocamentos de pessoas, como também a identificação de formas mais críticas das variações entre os casos. Sua opção metodológica enquadra-se na estratégia que Creswell chamou de Seleção Conjunta, já que a autora combinou simultaneamente análise econométrica, entrevistas e estudos de casos em sua pesquisa. Já Macintosh e White (2008) adotam o método misto para o estudo da participação política *online*. Propõem uma metodologia de análise das iniciativas da democracia participativa através de novas tecnologias que facilitem o acesso do cidadão às decisões do poder público. A construção metodológica adotada parte de uma pesquisa qualitativa, lançando mão de observação participante, entrevistas, grupos focais e análise textual para, em seguida, realizar testes estatísticos, seguindo assim o segundo modelo apresentado por Creswell. Por fim, Ingram (2007) aplica os métodos mistos para a avaliação das cortes estaduais no México. Seu objetivo é apresentar uma estrutura de análise de performance destas cortes, tanto em relação ao gasto quanto em relação à competitividade, aplicando inicialmente uma técnica quantitativa para em seguida selecionar casos para avaliação em profundidade.

Vale destacar a posição de Potetee, Janssen e Ostrom (2010) quanto às vantagens do emprego de

métodos mistos no sentido prático e em termos lógicos. Alertam, contudo, que a mera utilização dos dois métodos, um tipicamente qualitativo e outro quantitativo, não é pressuposto para o êxito da análise. Em outras palavras, podem-se superar os desafios propostos usando-se apenas uma metodologia isoladamente, seja quantitativa ou qualitativa, mas a junção de métodos distintos, reiteram os autores, é capaz de enriquecer sobremaneira as explicações.

### Desafios epistemológicos e ontológicos<sup>8</sup>

Quando a literatura discute a adoção de certa perspectiva metodológica, ela se coloca diante de pelo menos duas dimensões analíticas distintas: uma filosófica e outra relacionada à práxis da ciência. No primeiro caso, a opção por certas técnicas tem a ver com aspectos epistemológicos e ontológicos que podem estar mais ou menos claros para o pesquisador atuante em determinada área do conhecimento, ao menos pela compreensão de que a escolha de uma técnica lhe permite capturar determinada dimensão da realidade e que as informações geradas possibilitam conhecer de alguma forma tal realidade. Por outro lado, a práxis associa-se explicitamente aos métodos utilizados, ou seja, ao conjunto de procedimentos de um cientista. O praticante de qualquer ciência está mais direcionado a técnicas e procedimentos adotados no seu campo do saber, o que leva à segunda dimensão do debate. Há vínculos entre essas duas dimensões: as práticas adotadas dependem da compreensão que se faz da realidade e das possibilidades de conhecê-la. Assim, o conjunto de etapas escolhidas por um cientista não está completamente livre dos vínculos filosóficos que os sustentam, a despeito da clareza que se tenha deles e da maneira como o pesquisador foi treinado para resolver os problemas relevantes de seu campo. Nesse sentido, questões epistemológicas e ontológicas subjazem ao debate sobre combinação de métodos. A defesa da pluralidade metodológica depende, então, da compreensão filosófica; e portanto é preciso avaliar o que está em jogo quando se defende o método plural, começando por entender a dimensão metacientífica aí envolvida.

Como o mundo social se organiza e como o ho-

mem dá sentido a ele são questões ontológicas relacionadas com a natureza real do mundo social que orientam a discussão nas ciências sociais. A esse respeito, Della Porta e Keating (2008, p. 23) apontam para a diferença entre nominalistas – para quem as categorias sociais existem apenas porque o homem as cria – e realistas – para quem elas existem a despeito das posições dos indivíduos acerca do objeto. Esta divisão marca, do ponto de vista ontológico, diferentes abordagens práticas adotadas nas ciências sociais, e cada uma delas se aproxima mais ou menos de uma dessas posições. Já as questões epistemológicas voltam-se para a natureza, as fontes e os limites do conhecimento. Estão relacionadas, portanto, a como adquirimos conhecimento, tendo por base a ideia de proposição e argumentação. De diferentes combinações epistemológicas e ontológicas surgem distintos procedimentos científicos. Adotando a nomenclatura de Della Porta e Keating (pp. 21-25), há, nesse sentido, um *continuum* de abordagens práticas utilizadas nas ciências sociais em que quatro marcos podem ser apontados: positivista, pós-positivista, interpretativista e humanista.

No primeiro, referenciado nos trabalhos de Durkheim e Comte, do ponto de vista ontológico, a realidade social, regida por leis externas aos indivíduos, é objetiva e pode ser capturada facilmente, como acontece nas ciências naturais; do ponto de vista epistemológico, o pesquisador e seus objetos de estudo são completamente distintos. O processo indutivo seria o método por excelência a ser utilizado para capturar justamente essas leis sociais. Próxima a esta abordagem, encontra-se a perspectiva pós-positivista, para a qual a realidade social também é objetiva, mas a apreensão da realidade não seria algo tão evidente, levando a uma postura mais crítica por parte do pesquisador. Sua tarefa é complexa, o que leva a um posicionamento epistemológico menos assertivo. Acredita-se que o pesquisador teria influência sobre a produção de conhecimento e, por isso, adotaria leis probabilísticas em vez de causais. Haveria, assim, um grau de incerteza maior sobre as possibilidades de produção de conhecimento se comparada à prática positivista.

Essas duas correntes diferem sensivelmente das demais. Na visão interpretativista, a objetividade e a subjetividade estão imbricadas na realidade social,

aumentando em muito a dificuldade de apreendê-la. O objetivo da ciência seria compreender essa subjetividade, o que remonta ao posicionamento weberiano. A implicação epistemológica dessa situação é de que o conhecimento possível de ser apreendido é subjetivo e depende do contexto. Não haveria, portanto, leis sociais possíveis. Por fim, a perspectiva humanista entende a realidade social como algo totalmente subjetivo, construído a partir da subjetividade humana. As classificações dadas à realidade não seriam determinadas pela maneira como o mundo é, mas pelas formas convenientes de representá-lo. Nesse sentido, o único conhecimento possível seria aquele denominado empático.

Com base nessa apresentação geral, podem-se discutir as implicações suscitadas na escolha de métodos distintos ou combinados em uma pesquisa. Um dos argumentos favoráveis à adoção de métodos mistos afirma que as questões metodológicas de uma pesquisa não estão necessariamente implicadas com questões ontológicas e epistemológicas, pois as técnicas permitem apenas a captura de informações na realidade, sendo que uma mesma técnica pode ser trabalhada com propósitos diferentes, em abordagens práticas diferentes. Isto é, não há um método específico que deva necessariamente ser usado em uma abordagem científica, seja ela positivista, pós-positivista, interpretativista ou humanista (*Idem*, p. 29). A metodologia é distinta, ainda que os métodos utilizados possam ser similares.

Outro argumento é de que enquanto a combinação de práticas for útil para a evidência daquilo que o pesquisador deseja, o procedimento plural se sustenta. Neste caso é preciso discutir um suporte filosófico distinto dos já apresentados, já que a técnica aplicada se refere a aspectos filosóficos particulares. Assim, seguindo a linha argumentativa da divisão de métodos e abordagens, pode-se fazer a seguinte relação: as pesquisas quantitativas associam-se às perspectivas positivistas e pós-positivistas, que seriam consideradas posições vinculadas à tradição da filosofia da ciência denominada realismo; já as pesquisas qualitativas se ligariam às perspectivas humanista e interpretativista, posições associadas à tradição nomeada relativismo; aos métodos mistos, associa-se o pragmatismo. Para discutir a adoção do pragmatismo, é necessário apresentar suas divergên-

cias em relação aos pontos de vista racionalista e relativista. De acordo com Chalmers,

[...] [o] racionalismo extremado afirma que há um critério único, atemporal e universal com referência ao qual se podem avaliar os méritos relativos de teorias rivais. [...] Sejam quais forem os detalhes da formulação do critério por um racionalista, uma característica importante dela é sua universalidade e seu caráter não histórico. [...] O racionalista extremado vê as decisões e as escolhas dos cientistas sendo guiadas pelo critério universal. O cientista racional rejeitará as teorias que deixem de corresponder a ele e, ao escolher entre duas teorias rivais, escolherá aquela que melhor corresponda a ele. O racionalista típico acreditará que as teorias que se conformam às exigências do critério universal são verdadeiras, ou provavelmente verdadeiras (2011, pp. 136-137).

Adota-se uma postura objetiva diante da realidade social que existe a despeito das crenças daquelas que a observam. As relações teóricas estabelecidas seriam válidas a despeito dos contextos históricos e sociais particulares. Como já comentado, pode-se dizer que a metodologia adotada em uma pesquisa quantitativa considera esta interpretação. Já ao se desenvolver em uma pesquisa qualitativa, o suporte filosófico é distinto; estaria próxima ao relativismo que

[...] nega que haja um padrão de racionalidade universal não histórico, em relação ao qual possa se julgar que uma teoria é melhor que a outra. Aquilo que é considerado melhor ou pior em relação às teorias científicas variará de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade. O objetivo da busca do conhecimento dependerá do que é importante ou daquilo que é valorizado pelo indivíduo ou comunidade em questão. [...] O dito do velho filósofo grego Protágoras “o homem é a medida de todas as coisas” expressa um relativismo quanto aos indivíduos, ao passo que o comentário de Kuhn de que “não há padrão mais alto que o assentimento da comunidade relevante”

expressa um relativismo em relação às comunidades. As caracterizações de progresso e as especificações de critérios para julgar os méritos das teorias serão sempre relativas ao indivíduo ou às comunidades que aderem a elas (*Idem*, pp. 137-138).

Ao contrário da posição anterior, os contextos seriam fundamentais para se compreender os fenômenos sociais. Os casos particulares são objetos válidos para o estudo científico e fornecem informação relevante para o avanço do conhecimento.

Essas colocações expressam duas compreensões opostas sobre o avanço da ciência que subjazem à opção metodológica. Concepções estas que foram historicamente construídas e acabam por legitimar as técnicas específicas adotadas. Porém, em nenhuma delas seria possível a combinação de métodos. O pragmatismo seria a outra perspectiva da filosofia da ciência que cobriria tal lacuna.

Iniciado no final do século XIX por filósofos norte-americanos, o pragmatismo rejeita a posição tradicional sobre a natureza do conhecimento e a natureza da investigação. Essa abordagem desafia a noção de que a ciência social seja capaz de acessar o “mundo real” somente através de um método científico único. Há uma interação relevante entre o desenvolvimento da própria cultura e a evolução dos cientistas, e dos conhecimentos gerados por eles. As teorias forçariam a crença em um universo dinâmico e não estático, sem terminar, em termos absolutos, em caos ou ordem. Em uma definição abrangente, Felizer afirma:

[...] [d]iretamente, pragmatismo é um comprometimento com a incerteza, o reconhecimento que qualquer conhecimento “produzido” através da pesquisa é relativo e não absoluto, que mesmo havendo relações causais, estas são transitórias e difíceis de identificar. Este comprometimento com a incerteza é diferente do ceticismo filosófico, que afirma que não podemos *saber* nada, mas apenas uma apreciação que relações, estruturas e eventos que seguem padrões estáveis são abertos a alterações e mudanças que dependem de ocorrências e de eventos precários e imprevisíveis.

[...] Recentemente, o pragmatismo abandona a divisão quantitativo/qualitativo e conclui a guerra de paradigmas sugerindo que a questão mais importante é se a pesquisa contribuiu para encontrar aquilo que o pesquisador quer saber. [...] Pragmáticos não “se importam” com qual método utilizam desde que os métodos escolhidos tenham potencial para responder o que desejam saber (2010, pp. 13-14, tradução nossa).

Dessa forma, o pesquisador associado ao pragmatismo resolve seu problema de interesse, sem compromissos filosóficos que o impeçam de avançar em uma direção específica. O que o guia é a possibilidade que determinado método, ou conjunto de métodos, tem de solucionar uma questão. Os métodos mistos estariam, assim, legitimados.

Entretanto, a afirmação “atingir o que o pesquisador deseja saber” é problemática, pois o conhecimento científico é encarado, desse ponto de vista, em termos instrumentais. Levada ao extremo, esta perspectiva se vale do resultado obtido pela aplicação de diferentes métodos para a resolução de um problema de pesquisa. Esvazia-se, então, a importância da construção coletiva realizada pelo próprio campo do conhecimento, ganhando relevância apenas o papel do indivíduo e sua intenção. A partir daí, o método escolhido é tão somente um instrumento para a resposta desejada. Não obstante as questões eminentemente filosóficas que surgem a partir do confronto dessas correntes,<sup>11</sup> os métodos utilizados em si se tornam úteis somente pelo resultado. Chatterjee (2011, p. 23) chama atenção para a dificuldade de se construir conhecimentos válidos com base apenas nesta concepção instrumental. Como critério para a avaliação do conhecimento gerado, seria preciso identificar as relações causais subjacentes à técnica. A observação de uma simples correlação só atenderia aos critérios pragmáticos, o que tem implicações importantes na discussão sobre causalidade na ciência política. Por exemplo, se a noção causal adotada é a de regularidade, um estudo de caso não permitiria que houvesse avanços significativos, já que não há meios de se extrapolar uma observação singular a padrões regulares de repetição do fenômeno de interesse. Também haveria custo significativo

no convencimento dos demais pesquisadores sobre o conhecimento que aquela combinação particular de técnicas permite alcançar. Oriunda de tradições filosóficas distintas, a comunidade científica encontra dificuldade em aceitar a produção gerada dessa forma. Ademais, o pragmatismo que justifica os métodos mistos teria de mostrar que é possível construir conhecimento científico, ainda que seja provisório, que permita superar a desconfiança sobre sua extensão em relação à “verdade”. Apesar da argumentação pragmática de que a combinação de métodos cumpre seus objetivos desde que possibilitem uma explicação dos fenômenos de interesse, a afirmação de que a escolha dos métodos é independente da compreensão sobre a capacidade de se acumular conhecimento é bastante controversa (Mastenbroek e Doorenspleet, 2007; Chatterjee, 2011).

Como a prática não acompanha necessariamente as discussões que envolvem a filosófica da ciência em termos estritos, a superação desse desafio não é condição fundamental para a utilização dos métodos mistos. Por esta razão, é válido avaliar a dimensão da combinação de métodos em si empregada efetivamente nas pesquisas empíricas.

A mensuração que concretiza a operacionalização das variáveis, ato fundamental da pesquisa científica empírica, é um problema a ser superado. É necessário que se discuta a aplicação dos métodos mistos, pois o ato de mensurar envolve tanto aspectos qualitativos, como quantitativos. A metodologia quantitativa trabalha fundamentalmente em uma perspectiva nomotética da explicação científica. Nesse sentido, as definições dos conceitos a serem mensurados são estabelecidas *a priori* e há forte preocupação do pesquisador em mantê-los estáveis em seu sentido, condição fundamental para que a ciência avance nesse terreno. Já nas pesquisas qualitativas, de fundamentação idiográfica, os conceitos são construídos ao longo da própria pesquisa. Ao tratar de casos particulares sem buscar generalizações, a mensuração é dificultada e tem grau de comparabilidade menor. Ademais, dada a construção epistemológica desse tipo de pesquisa, a avaliação qualitativa não será conduzida de maneira uniforme, dependendo de cada conjunto de técnicas. O desafio é conciliar essas diferentes dimensões. Apesar de trabalhos como o de Hanzel (2010) argumentarem pela ine-

xistência da divisão qualitativa/quantitativa com respeito à mensuração, ainda permanece a dificuldade em se mensurar conceitos que são alterados ou construídos ao longo do trabalho. A pesquisa qualitativa será ampliada quando combinada a métodos quantitativos utilizados previamente às técnicas qualitativas mais próximas ao construtivismo.

Outro obstáculo à prática dos métodos mistos decorre do fato de que a literatura que justifica sua adoção deixa de lado a pluralidade da pesquisa qualitativa. Apesar de já observada em outros trabalhos (Tilly, 2001; Brady, 2008), essa divergência em relação à metodologia qualitativa merece atenção, pois cada técnica se assenta em visões epistemológicas e ontológicas distintas. Assim, conjugar tais métodos com a análise quantitativa também enfrenta desafios distintos. Por exemplo, Kimball e Koivu (2011) identificaram quatro tipos de pesquisa qualitativa. O primeiro grupo, em que se enquadra a proposição de KKV, chamado de Emulador Quantitativo, define-se pela preeminência de critérios dentro de padrões para a inferência causal, baseada na falseabilidade e na generalização. A causa se assentaria na probabilidade e na análise contrafactual. Sua proximidade com o posicionamento filosófico do método quantitativo, cujo cenário ideal seria o lugar de realização da análise estatística, seria bastante acentuada. Autores que seguem essa linha não aceitam trabalhos com  $N=1$ . Não há, contudo, divergências significativas com as práticas quantitativas em relação à mensuração e à utilização de conceitos. Esse grupo propõe a complementaridade entre análise qualitativa e quantitativa, notadamente quanto ao tipo de abordagem – inclusive, a linguagem utilizada, como o uso de “variável dependente”, é bastante semelhante –, tendo como principal objetivo a predição e como orientação, a variável. Os desafios de implementação dos métodos para este grupo são bastante reduzidos, mas ocorre principalmente no campo das relações causais: os métodos mistos aceitam uma perspectiva neo-humana, distinta da causalidade contrafactual, característica desse segmento.

O segundo grupo recebe o nome de Estudos de Caso e tem como exemplo o livro *The rise of “the rest”*, de Alice Amsden. Aqui, as pesquisas buscam identificar causas através de sequências temporais e mecanismos de *process tracing* e por meio de com-

parações com outros casos. O método permite pouca variação na variável dependente e descreve a maneira pela qual ocorrem resultados distintos. Há, segundo Kimball e Koivu (2011, p. 20), um grande interesse na formação de conceitos, mas pouca atenção à mensuração. As pesquisas nesse segmento almejam a precisão, a clareza e o escopo, tendendo, pois, a trabalhar com conceitos amplos e multidimensionais. Apesar de os estudos de caso serem defendidos para a aplicação dos métodos mistos, (Lieberman, 2005), é preciso ter em mente obstáculos significativos a serem enfrentados. Por serem únicos, os estudos de caso não permitem generalização. Podem ser utilizados para testes definitivos de teorias ou para avaliar a adequação das teorias à realidade, mas a possibilidade de generalização a partir da avaliação de uma única observação é bastante reduzida. Nesse sentido, a descrição profunda de um fenômeno se aproxima das dificuldades que a indução traz à prática científica. Ademais, a avaliação de um caso pela variável dependente é um posicionamento contrário à pesquisa quantitativa, que busca a importância relativa das variáveis explicativas ao fenômeno de interesse. Há para isso múltiplas causas, cujos efeitos líquidos poderiam ser avaliados estatisticamente. Quanto à compreensão epistemológica, cada situação impõe uma discussão diferente: na adoção da perspectiva qualitativa, a avaliação de um único caso permite que se obtenham informações relevantes acerca do fenômeno de interesse; para a pesquisa quantitativa, tal procedimento é inviável. Além disso, existem ainda questões que envolvem perspectivas sobre causalidade, já que estudos de caso trabalham com uma ideia bastante distinta da análise quantitativa, que pressupõe regularidade causal. Esta seria observada apenas em um número elevado de casos.

O terceiro grupo é denominado Pesquisa com Técnica Booleana: as pesquisas trabalham com a noção de equifinalidade, ou seja, diferentes causas levariam ao mesmo resultado. Segundo Kimball e Koivu (2011), trata-se de pesquisas com previsões moderadas, que enfatizam a explicação histórica e a generalização nomológica. Porém, nem sempre é possível atingir o objetivo, isto é, um maior grau de previsibilidade, “dada a natureza reflexiva dos objetos sociais e sua habilidade de agir estrategicamente”.

te para mudar seu ambiente social” (*Idem*, p. 22). Esse grupo baseia-se na tradição da explicação, ou seja, no “efeito das causas”, contemplando aí a análise *fuzzy set*. O trabalho de Skocpol (1979) sobre revoluções pode ser entendido como um exemplo dessa abordagem. A possibilidade teórica de que os indivíduos têm a capacidade de alterar o ambiente social, comum às pesquisas qualitativas, cria um desafio significativo na adoção combinada de métodos. Apesar dessa avaliação sobre a mutabilidade do ambiente social já ser discutida desde J. S. Mill, a pesquisa quantitativa adota uma posição de continuidade nas relações observadas. Diz-se com isso que as forças sociais que causam determinados fenômenos são relativamente estáveis e permitem que se realizem trabalhos em que a questão temporal assume papel bastante reduzido. A estabilidade observada entre causa e efeito é negada por esse tipo de análise, assim como não é possível considerar aqui a capacidade dos indivíduos de alterar o ambiente social. O método quantitativo pressupõe relações causais estáveis, imutáveis, no sentido de que há limites para a efetivação das alterações por parte dos indivíduos. Portanto, para efetuar a combinação entre os métodos nessa perspectiva da análise qualitativa é necessário superar tal obstáculo.

Por fim, no quarto grupo – Interpretativista Empírico –, ontologicamente, a realidade social é criada por interações compartilhadas e, epistemologicamente, adquire-se conhecimento com base na compreensão e na interpretação dos indivíduos. Essa abordagem leva em consideração em sua análise a linguagem, o sistema de símbolos e a percepção individual. Trabalhos de etnografia são os exemplos mais característicos deste segmento. A dificuldade de combinação dos métodos em uma perspectiva quantitativa é a mais acentuada. A subjetividade da realidade social se distingue do posicionamento assumido pelos métodos quantitativos. Além do argumento de que a prática quantitativa utiliza conceitos definidos *a priori*, que não se modificam ao longo da pesquisa, a interpretação de que conhecimento é subjetivo, condicional aos sujeitos, é diametralmente oposta à compreensão da metodologia quantitativa. Nesta está implícito que a realidade é imutável e verificável, mas como de fato a realidade é fluida, o conhecimento gerado é empático, distanciando-se

decisivamente da abordagem quantitativa. Além disso, essas diferenças dificultam a mensuração objetiva por causa da incomparabilidade entre os conceitos utilizados em cada abordagem. Da mesma maneira, a compreensão dos sujeitos sobre os conceitos com os quais se pretende trabalhar torna a tarefa da mensuração trabalhosa e por vezes inviável.

### Considerações finais

Os argumentos trazidos aqui indicam que não se pode enxergar a utilização de métodos mistos de maneira simplista. O debate sobre a possibilidade de transposição dos dilemas e das controvérsias a partir da utilização de perspectivas plurais ainda não conseguiu apoio de todos os cientistas políticos. Isso é evidenciado pela contínua elaboração de trabalhos que ainda enfocam as divergências entre pesquisas qualitativa e quantitativa. Ademais, deve-se ressaltar que os desafios são de duas ordens: uma se dá diante da superação das desconfiças que o pragmatismo enfrenta como uma abordagem filosófica distinta; a outra é prática, ou seja, a combinação de diferentes práticas implica na combinação de distintas relações filosóficas. Tais desafios evidenciam os obstáculos a serem superados para que os métodos mistos se consolidem como uma abordagem aceita. Apesar das dificuldades, há trabalhos, como o de Greene (2008), que são otimistas quanto à consolidação de uma metodologia plural. Ela se apoia, basicamente, na própria pluralidade da origem desta prática, que seria capaz de criar consensos metodológicos.

Há ainda desdobramentos importantes não tratados aqui que também merecem atenção. Vale apontar dois deles. O primeiro tem a ver com as formas de explicação causal, que precisam ser mais bem avaliadas. As concepções epistemológicas distintas das pesquisas qualitativas e quantitativas variam entre conceitos causais gerais, singulares, probabilísticos ou reducionistas. O segundo, apontado por Gates (2008), é sobre o papel anterior das teorias em relação aos métodos. Em vários aspectos, a prática mista é justificada mais por seus resultados e por sua utilida-

de do que pela observância de relações teóricas previamente estabelecidas. A extensão em que a combinação de métodos permite que se avance na seleção de teorias é um ponto que requer discussão mais aprofundada. Este conjunto de tópicos indica que ainda há um caminho importante a ser percorrido dentro da ciência política para que a prática de métodos mistos cumpra seus objetivos.

## Notas

- 1 Cabe dizer que neste trabalho em relação aos métodos quantitativos ressaltam-se apenas as pesquisas de análise estatística. Esta simplificação ocorre em razão do amplo uso dessa abordagem nas pesquisas empíricas e principalmente na combinação com outras técnicas qualitativas.
- 2 Para uma visão mais detalhada sobre a trajetória dos métodos mais amplamente utilizados na ciência política, em particular, e nas ciências sociais, em geral, ver Potetee, Janssen e Ostrom (2010, cap. 1).
- 3 Em 1975, como exemplo das mudanças que aconteceriam nos anos seguintes, Fiorina coloca que “[e]m anos recentes, as revistas têm publicado um número crescente de artigos que apresentam ou utilizam modelos formais do comportamento e de processo políticos. Até o momento, entretanto, estas pesquisas provavelmente alcançam apenas uma pequena audiência” (1975, p. 133).
- 4 Este texto obteve repercussão bastante ampla pela literatura, o que gerou duas siglas referenciais: DSI, ao título do trabalho, e KKV, em razão de seus autores.
- 5 Para averiguação da importância desta obra, ver, por exemplo, Brady e Collier (2010), Mahoney (2010) e Ragin (2000).
- 6 O autor ainda apresenta critérios que devem ser preenchidos para se optar pelos métodos mistos em uma pesquisa. Ver, a respeito, Creswell (2009, cap. 6).
- 7 Apesar de didática, a estrutura apresentada não é exaustiva. Lieberman (2005) apresenta um modelo bastante referenciado com a pretensão de permitir a inferência causal a partir da junção daquilo que o autor chama de Análise de N-Grande (LNA) com a Análise de N-Pequeno (SNA). Ao unir essas duas perspectivas, Lieberman propõe um esquema de passos a serem adotados pelo pesquisador que não se enquadram nas estratégias apresentadas por Creswell, pois se alternam as pesquisas quantitativas e qualitativas a depender dos resultados encontrados.
- 8 Nesta seção, os termos analíticos ontologia e epistemologia são usados com certa flexibilidade em razão da intenção de refletir as suas consequências na pesquisa empírica. Agradeço a Raissa W. Ventura pela observação.
- 9 Mantida a divisão anterior, a abordagem positivista adotaria métodos similares das ciências naturais, enquanto a pós-positivista, ao considerar os contextos, apenas se aproximaria desse tipo de técnica. Já a interpretativista, tendo foco no significado dos contextos, buscaria sua compreensão. Por fim, a humanista direcionaria seus esforços à compreensão dos valores, dos significados e dos propósitos com base na interação empática entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Enquanto as técnicas estiverem vinculadas ao aparato metodológico, não haveria vínculo exclusivo de uma técnica a uma única abordagem. Ver, a respeito, Moses e Knutsen (2012).
- 10 Para uma referência filosófica sobre pragmatismo, ver Baert (2005). Para uma discussão sobre a vinculação entre o pragmatismo e os métodos mistos, ver Felizer (2010) e Maxcy (2003).
- 11 Para uma discussão sobre o embate entre o pragmatismo e demais correntes filosóficas, ver Maxcy (2003).
- 12 Ver, a respeito, Brady (2008).
- 13 Aliás, isso também ocorre em relação à pesquisa quantitativa. Trabalhos estatísticos e matemáticos aplicados às ciências sociais não têm o mesmo peso epistemológico e ontológico, mas a discussão sobre a pluralidade do método quantitativo não faz parte do escopo deste trabalho.
- 14 Ver, a respeito, Brady (2008, p. 219).
- 15 Uma referência sobre o tema é Gerring (2004).
- 16 Para uma avaliação sobre a crítica da indução como método científico adequado, ver Chalmers (2011).
- 17 Com a influência do paradigma econômico sobre a ciência política, esta interpretação sobre a estabilidade institucional se acentua dramaticamente.

## BIBLIOGRAFIA

- AMSDEN, Alice. (2001), *The rise of “the rest”: challenges to the West from late-industrializing economies*. Nova York, Oxford University Press.
- BAERT, Patrick. (2005), *Philosophy of the social sciences: towards pragmatism*. Cambridge, Polity Press.

- BEVIR, M. (2008), "Meta-methodology: Clearing the Underbrush", in J. Box-Steffensmeier, H. Brady e D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of political methodology*, Nova York, Oxford University Press.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet; BRADY, Henry & COLLIER, David. (2008), "Political science methodology", in \_\_\_\_\_ (eds.), *The Oxford Handbook of political methodology*, Nova York, Oxford University Press.
- BRADY, Henry. (2008), "Causation and explanation in social sciences", in J. Box-Steffensmeier, H. Brady e D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of political methodology*, Nova York, Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. (2013), "Do two research cultures imply two scientific paradigms?". *Comparative Political Studies*, 46 (2): 252-265.
- BRADY, Henry & COLLIER, David. (2010), *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. 2. ed. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers.
- BUCHANAN, James. (2008), "Politics and scientific enquiry: retrospective on a half-century", in J. Box-Steffensmeier, H. Brady e D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of political economy*, Nova York, Oxford University Press.
- CHALMERS, Alan F. (2011), *O que é ciência, afinal?* São Paulo, Brasiliense.
- CHATTERJEE, Abhishek. (2009), "Ontology, epistemology, and multi methods", *Qualitative & Multi-Method Research*, 7 (2): 11-15.
- \_\_\_\_\_. (2011), "Ontology, epistemology, and multimethod research in political science". *Philosophy of Social Sciences*, 20 (10): 1-28.
- COLLIER, David; BRADY, Henry & SEAWRIGHT, Jason. (2010), "Critiques, responses, and trade-offs: drawing together the debate", in H. E. Brandy e D. Collier (eds.), *rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. 2. ed. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, cap. 8.
- CRESWELL, John. (2009), *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 3. ed. Thousands Oaks, California, Sage.
- DELLA PORTA, Donatella & KEATING, Michael. (2008), "How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction", in \_\_\_\_\_ (orgs.), *Approaches and methodologies in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- FELIZER, Martina Y. (2010), "Doing mixed methods research pragmatically: implications for the rediscovery of pragmatism as a research paradigm". *Journal of Mixed Methods Research*, 4 (1): 6-16.
- FIORINA, Morris. (1975), "Formal models in political science". *American Journal of Political Science*, 19 (1): 133-159.
- GATES, Scott. (2008), "Mixing it up: the role of theory in mixed-methods research", *Qualitative Methods*, 6 (1): 27-29.
- GERRING, John. (2004), "What is a case study and what is it good for?". *American Political Science Review*, 9 (2): 341-354.
- \_\_\_\_\_. (2012), *Social science methodology: a unified framework (strategies for social inquiry)*. Nova York, Cambridge University Press.
- GREENE, Jennifer. (2008), "Is mixed methods social inquiry a distinctive methodology?". *Journal of Mixed Methods Research*, 2 (1): 7-22.
- HALL, Peter. (2003), "Aligning ontology and methodology in comparative research", in J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.), *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- HANZEL, Igor. (2010), "Beyond blumer and symbolic interactionism: the qualitative-quantitative issue in social theory and methodology". *Philosophy of the Social Sciences*, 41 (3): 303-326.
- HEGEL, George. W. F. (1969), *Science of logic*. Atlantic Highlands, NJ, Humanities Press.
- HOOVER, Kevin D. (2012), "Pragmatism, perspectival realism, and econometrics", in A. Lehtinen, J. Kuorikoski e P. Ylikoski (eds.), *Economics for real: Uskali Mäki and the place of truth in economics*, Londres, Routledge, pp. 223-240.
- INGRAM, Mathew. (2007), "Judicial politics in the Mexican States: theoretical and methodological foundations". *Cide – Documentos de Trabajo*, 22.
- JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, An-

- thony & TURNER, Lisa. (2007), "Toward a definition of mixed methods research". *Journal of Mixed Methods Research*, 1 (2): 112-133.
- JUNG, Jai K. (2008), "Getting the balance right: a mixed methods approach to the study of post-civil war democratization". *Qualitative Methods*, 6 (1): 18-19.
- KIMBALL, Erin & KOIVU, Kendra. (2011), "Varieties of qualitative methods". *Political Methodology, Committee on Concepts and Methods, Working Paper Series*.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert & VERBA, Sidney. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- LIEBERMAN, Evan. (2005), "Nested analysis as a mixed-method strategy for comparative research". *American Political Science Review*, 99 (3): 435-452.
- MACINTOSH, Ann & WHYTE, Angus. (2008), "Towards an evaluation framework for participation". *Transforming Government: People, Process & Policy*, 2 (1): 16-30.
- MAHONEY, James. (2010), "After KKV: the new methodology of qualitative research", *World Politics*, 62 (1): 120-147.
- MAHONEY, James & GOERTZ, Gary. (2006), "A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research". *Political Analysis*, 14 (3): 227-249.
- MASTENBROEK, Ellen & DOORENSPLEET, Renske. (2007), "Mind the gap! On the possibilities and pitfalls of mixed methods research". Trabalho apresentado na *4th ECPR General Conference*, Pisa, 6-8 set.
- MAXCY, Spencer. (2003), "Pragmatic threads in mixed methods research in the social sciences: the search for multiple modes of inquiry and the end of the philosophy of formalism", in A. Tashakkori e C. Teddlie (orgs.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research*. Thousand Oaks, California, Sage.
- MOSES, Jonathon & KNUTSEN, Torbjorn. (2012), *Ways of knowing: competing methodologies in social and political research*. 2. ed. Palgrave, Macmillan.
- NEWMAN, Isadore; RIDENOUR, Carolyn S.; NEWMAN, Carole & De MARCO Jr., Mario P. (2003), "A typology of research purposes and its relationship to mixed methods", in A. Tashakkori e C. Teddlie (orgs.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research*, Thousand Oaks, California, Sage.
- POTETEE, Amy; JANSSEN, Marco & OSTROM, Elionor. (2010), *Working together: collective action, the commons, and multiple methods in practice*. New Jersey, Princeton University Press.
- RAGIN, Charles. (2000), *Fuzzy-set social science*. Chicago, University of Chicago Press.
- SKOCPOL, Theda. (1979), *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Nova York, Cambridge University Press.
- SMALL, Mario L. (2011), "How to conduct a mixed methods study: recent trends in a rapidly growing literature". *Annual Review of Sociology*, 37: 57-86.
- STEELE, Abbey (2008), "Moving targets: mixing methods to uncover dynamics of displacement in civil wars". *Qualitative Methods*, 6 (1): 23-27.
- TILLY, Charles. (2001), "Mechanisms in political processes". *Annual Reviews of Political Science*, 4: 21-41.

**DESAFIOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS PARA OS MÉTODOS MISTOS NA CIÊNCIA POLÍTICA**

Glauco Peres da Silva

**Palavras-chave:** Métodos Mistos; Desafios; Pragmatismo; Pluralidade.

O objetivo deste texto é discutir desafios ontológicos e epistemológicos relativos à utilização dos métodos mistos na ciência política. Existem ainda importantes divergências filosóficas e empíricas com relação às metodologias utilizadas que merecem atenção. De um lado, os desafios filosóficos originam-se com a difusão da abordagem Pragmática e, de outro, as questões empíricas se originam com a pluralidade técnica própria dos métodos qualitativos. Defende-se que esta dupla dimensão distancia os métodos mistos de seus objetivos almejados.

**MIXED METHODS' ONTOLOGICAL AND EPISTEMOLOGICAL CHALLENGES IN POLITICAL SCIENCE**

Glauco Peres da Silva

**Keywords:** Mixed Methods; Challenges; Pragmatism; Plurality.

The purpose of this paper is to discuss the extension of ontological and epistemological challenges related to the application of mixed methods in political science. There are important philosophical and empirical disagreements regarding the methodologies involved. On one side, philosophical challenges relate to the acceptance of a Pragmatic approach and, on the other, empirical issues arise with the technical plurality inherent to qualitative methods. It is argued that this double dimension distances the mixed methods of their intended goals.

**DÉFIS ONTOLOGIQUES ET EPISTÉMOLOGIQUES POUR LES MÉTHODES MIXTES EN SCIENCE POLITIQUE**

Glauco Peres da Silva

**Mots clés:** Méthodes mixtes; Défis; Pragmatisme; Pluralité.

L'objectif de ce texte est de discuter l'extension des défis ontologiques et épistémologiques relatifs à l'utilisation de méthodes mixtes en science politique. Il existe également d'importantes divergences philosophiques et empiriques en ce qui concerne les méthodes utilisées, et celles-ci méritent notre attention. D'un côté, les défis philosophiques apparaissent avec la diffusion de l'approche pragmatique et, d'un autre, les questions empiriques naissent de la pluralité technique propre des méthodes qualitatives. Nous défendons que cette double dimension éloigne les méthodes mixtes des buts qu'elles désirent atteindre.